

**CECM DOS TRABALHADORES DO SISTEMA FINANCEIRO DE CURITIBA E REGIAO –
COOPCREFI LTDA - CNPJ: 06.942.423/0001-07**

A/C: DESIG - DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

Prezados Senhores,

Em cumprimento ao que preconizam a Instrução Normativa BCB nº 54, de 07/12/2020, Resolução BCB nº 2, de 12/08/2020 e Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021, viemos apresentar a V.Sas. as demonstrações financeiras da **CECM DOS TRABALHADORES DO SISTEMA FINANCEIRO DE CURITIBA E REGIAO – COOPCREFI LTDA** alusivas ao exercício social findo em 31-12-2021.

Documentos eletrônicos emitidos:

- ✓ Balanço Patrimonial;
- ✓ Demonstração do Resultado;
- ✓ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- ✓ Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- ✓ Notas Explicativas.

Informamos que a administração dessa cooperativa se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos nesse arquivo.

Desde já agradecemos e permanecemos a disposição.

CARLOS ALBERTO
KANAK:35612452934

Assinado de forma digital por CARLOS ALBERTO
KANAK35612452934
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5,
ou=05405987000148, ou=Presencial, ou=Certificado PF A1,
cn=CARLOS ALBERTO KANAK.35612452934
Dados: 2023.03.30 15:01:55 -03'00'

CARLOS ALBERTO KANAK
Presidente
CEC DOS TRABALHADORES DO SISTEMA
FINANCEIRO DE CURITIBA E REGIAO
– COOPCREFI LTDA.
Assinado digitalmente

MAFALDA WERMUTH
GERMANO:84604620
997

Assinado de forma digital por MAFALDA WERMUTH
GERMANO:84604620997
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5,
ou=05405987000148, ou=Presencial,
ou=Certificado PF A1, cn=MAFALDA WERMUTH
GERMANO.84604620997
Dados: 2023.03.30 15:00:51 -03'00'

MAFALDA WERMUTH GERMANO
Contador
CRC-PR 063.972/0-0
Assinado digitalmente

**CECM DOS TRABALHADORES DO SISTEMA FINANCEIRO DE CURITIBA E REGIAO
COOPCREFI LTDA. - CNPJ: 06.942.423/0001-07**

**Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022
(Em reais)**

Ativo	NE	2022		2021	
		1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre
Circulante		921.545,54	1.002.116,81	1.022.082,04	878.482,84
Disponibilidades	3c	14.972,08	21.364,34	14.242,78	10.730,80
Títulos e Valores Mobiliários	3d	274.121,15	322.229,67	461.395,93	168.729,31
Operações de Crédito	4	626.088,12	652.158,60	540.079,14	692.658,54
Empréstimos		675.514,85	713.446,70	546.786,84	699.233,61
(-) Provisão para Op. de Crédito de Líq. Duvidosa		(49.426,73)	(61288,10)	(6.707,70)	(6.575,07)
Outros Créditos	5	6.364,19	6.364,19	6.364,19	6.364,19
Diversos		6.364,19	6.364,19	6.364,19	6.364,19
Não Circulante		770.945,38	762.622,32	517.179,58	760.893,56
Realizável a Longo Prazo		763.945,38	755.622,32	510.179,58	753.893,56
Operações de Crédito	4	763.945,38	755.622,32	510.179,58	753.893,56
Empréstimos		807.704,70	789.285,66	516.665,43	760.089,28
(-) Provisão para Op. de Crédito de Líq. Duvidosa		(43.759,32)	(33.663,34)	(6.485,85)	(6.195,72)
Permanente		7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00
Investimentos	6	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00
Outros Investimentos		7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00
Imobilizado de Uso	7	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO		1.692.490,92	1.764.739,13	1.539.261,62	1.639.376,40

Passivo					
Circulante		212.535,89	161.081,86	211.185,68	201.574,28
Relações Interfinanceiras		-	-	-	-
Outras Obrigações	8	212.535,89	161.081,86	211.185,68	201.574,28
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.090,44	987,44	500,54	865,78
Sociais e Estatutárias		170.102,88	138.819,44	210.596,34	200.619,70
Fiscais e Previdenciárias		-	9.719,50	-	-
Diversas – Credito de associados		34,49	34,49	88,80	88,80
Capital de Ex associados		11.497,22	11.520,99	-	-
Provisão Juros ao capital		29.810,86			
Patrimônio Líquido	9	1.479.955,03	1.603.657,27	1.328.075,94	1.437.802,12
Capital Social		1.040.884,96	1.145.652,16	924.204,91	1.003.392,61
Reserva de Capital		8.209,57	8.209,57	8.209,57	8.209,57
Reserva de Lucro		318.159,78	320.643,53	238.707,20	248.054,56
Fundo solidário COOPCREFI		108.040,16	110.523,91	98.692,67	108.040,16
Sobras ou Perdas Acumuladas		4.660,56	18.628,10	74.052,33	70.105,22
TOTAL DO PASSIVO		1.692.490,92	1.764.739,13	1.539.261,62	1.639.376,40

31 de dezembro de 2022.

CARLOS ALBERTO KANAK
Presidente
CEC DOS TRABALHADORES DO SISTEMA
FINANCEIRO DE CURITIBA E REGIAO
– COOPCREFI LTDA.

MAFALDA WERMUTH GERMANO
Contador
CRC-PR 063.972/0-0

**CECM DOS TRABALHADORES DO SISTEMA FINANCEIRO DE CURITIBA E REGIAO
COOPREFI LTDA. - CNPJ: 06.942.423/0001-07**

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2022
(Em reais)

	2021		2022		Exercício
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre	
Receitas da Intermediação Financeira	106.985,07	133.834,70	153.593,75	154.104,50	307.698,25
Operações de Crédito	102.886,14	127.854,02	147.186,97	141.285,70	288.472,63
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobiliários	4.098,93	5.980,68	6.406,78	12.818,80	19.225,58
Despesas da Intermediação Financeira	(13.592,18)	(4.474,80)	(82.892,78)	(75.406,94)	(158.299,72)
Provisão para Op. de Crédito de LÍq. Duvidosa	(13.592,18)	(4.474,80)	(82.892,78)	(75.406,94)	(158.299,72)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	93.392,89	129.359,90	70.700,97	78.697,75	149.398,53
Outras Receitas / Despesas Operacionais	(35.131,43)	(49.308,03)	(66.040,41)	(58.520,75)	(124.561,16)
Outras Despesas Administrativas	(72.658,22)	(79.403,00)	(75.567,01)	(82.588,39)	(158.155,40)
Outras Receitas Operacionais	42.844,34	30.753,37	39.413,24	84.530,47	123.943,88
Outras Despesas Operacionais	(5.317,55)	(658,40)	(29.886,64)	(60.462,83)	(90.349,47)
Outras Despesas Não Operacionais	-	-	-	-	-
Sobras Líquidas (Perdas) do Semestre/Exercício	58.261,46	80.051,87	4.660,56	20.176,91	24.837,41
Destinação das Sobras	-	(23.368,40)	-	(6.209,37)	(6.209,37)
Reserva Legal	-	(9.347,36)	-	(2.483,75)	(2.483,75)
Reserva Especial de Lucro	-	(9.347,36)	-	(2.483,75)	(2.483,75)
FATES - Ato Cooperativo	-	(4.673,68)	-	(1.241,87)	(1.241,87)
FATES - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	-
Resultado após destinações legais	58.261,46	56.683,47	4.660,56	13.987,54	18.628,04
Sobras Líquidas (Perdas) do Exercício	58.261,46	11.843,76	4.660,56	13.987,54	18.628,04

31 de dezembro de 2022.

CARLOS ALBERTO KANAK
Presidente
CEC DOS TRABALHADORES DO SISTEMA
FINANCEIRO DE CURITIBA E REGIAO
- COOPREFI LTDA.

MAFALDA WERMUTH GERMANO
Contador
CRC-PR 063.972/0-0

**CECM DOS TRABALHADORES DO SISTEMA FINANCEIRO DE CURITIBA E REGIAO
COOPREFI LTDA. - CGC: 06.942.423/0001-07**

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022
(Em reais)**

Descrição	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas Estatutárias		Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
			Reserva Legal	Reservas Especiais de Lucros		
Saldo em 31/12/2021	1.328.075,94	8.467,37	248.054,5680	108.040,16	70.105,22	1.255.221,99
Ajuste de exercícios anteriores	30,06					(278,47)
Integralização de Capital	55.653,78					51.745,39
Devolução de Capital	(11.681,27)					(21.445,56)
Transf. Entre contas	-					
Transferência Capital Ex-associado	(9.227,03)				-	(15.428,87)
Transferência conforme AGO			70.105,22			-
Sobras ou Perdas do 1º Semestre	80.051,87					58.261,46
Destinações das Sobras:	(5.101,23)	-	-	-	-	-
Juros ao Capital						-
Fundo de Reserva					-70.105,22	
FATES						-
Saldo em 30/06/2022	1.040.884,96	8.209,57	318.159,78	108.040,16	4.660,56	1.479.955,03
Ajuste de exercícios anteriores						306,94
Integralização de Capital	120.102,82					120.102,82
Devolução de Capital	(15.335,62)					(15.335,62)
Transf. Entre contas		-	-			
Transferência Capital Ex-associado		-				-
Sobras ou Perdas do 2 Semestre					18.628,10	18.628,10
Destinações das Sobras:		-		-	24.837,47	24.837,47
Juros ao Capital					(6209,37)	(6209,37)
Fundo de Reserva			2.483,75		(2.483,75)	(2.483,75)
Fundo Solidario Cooprefi				2.483,75	(2.483,75)	(2.483,75)
FATES					(1.241,87)	(1.241,87)
Saldo em 31/12/2022	1.145.652,16	8.209,57	320.643,53	110.523,91	18.628,10	1.603.657,27

31 de dezembro de 2022.

CARLOS ALBERTO KANAK
Presidente
CEC DOS TRABALHADORES DO SISTEMA
FINANCEIRO DE CURITIBA E REGIAO
– COOPREFI LTDA.

MAFALDA WERMUTH GERMANO
Contador
CRC-PR 063.972/0-0

**CECM DOS TRABALHADORES DO SISTEMA FINANCEIRO DE CURITIBA E REGIAO
COOPCREFI LTDA. - CNPJ: 06.942.423/0001-07**

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2022
(Em reais)

	2022	
	1º semestre	2º semestre
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Sobras/Perdas do Semestre/Exercício	4.660,56	20.176,91
Provisão de Juros ao capital		(55.484)
Sobras ou perdas dos semestres	4.660,56	20.176,91
(Aumento)/Diminuição em ativos operacionais		
Operações de Credito		(17.474,43)
Aumento ou (diminuição) em Passivos Operacionais		
Outras obrigações		(51.454,03)
Caixa liquido aplicado nas atividades operações		(49.024,55)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Capital social		104.767,20
Reserva legal e Fundo Solidário Coopcrefi		4.967,50
Transferências estatutárias		- 6.209,37
Caixa Liquido aplicado nas atividades de financiamento		103.525,33
Aumento/(diminuição) de Caixa ou Equivalente de Caixa		54.500,78
Modificações de caixa ou equivalente de caixa liquidas		
No início do período		-32.846,80
No fim do período		-87.347,58

31 de dezembro de 2022.

CARLOS ALBERTO KANAK
Presidente
CEC DOS TRABALHADORES DO SISTEMA
FINANCEIRO DE CURITIBA E REGIAO
– COOPCREFI LTDA.

MAFALDA WERMUTH GERMANO
Contador
CRC-PR 063.972/0-0

**CECM DOS TRABALHADORES DO SISTEMA FINANCEIRO DE CURITIBA E REGIAO
COOPCREFI LTDA. - CNPJ: 06.942.423/0001-07
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES DO SISTEMA FINANCEIRO DE CURITIBA E REGIÃO - COOPCREFI**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 22/05/2003. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito.

A **COOPCREFI** é uma sociedade cooperativa de crédito mútuo sem fins lucrativos, integrante do sistema financeiro nacional e tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Estimular o desenvolvimento econômico e interesses comuns dos associados.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações da lei complementar 130/2009 e a Interpretação Técnica Gerais 2004/2018, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Banco Central do Brasil até o momento.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de Contabilidade (IFRS), algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: Resolução 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável do Ativo - CPC 01 (R1), Resolução 3.604/2008 - Fluxo de Caixa - CPC 03 (R2), Resolução CMN 4.534/2016 - Ativo Intangível - CPC 04 (R1), Resolução 3.750/2010 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - CPC 05 (R1), Resolução 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações - CPC 10 (R1), Resolução 4.007/2011 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - CPC 23 e Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento Subsequente - CPC 24, Resolução 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - CPC 25 e Resolução 4.424/15 - Benefícios a Empregados - CPC 33 (R1).

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das Demonstrações Financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN 4.720, de 27/05/2021 (revogada a partir de 01/01/2022 pela Resolução CMN nº 4.910), incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Caixa e Equivalentes de Caixa		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	365,65	364,03
Depósitos Bancários	20.998,69	10.366,77
Total	21.364,34	10.730,80

d) Títulos e Valores Mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários pelo valor de R\$ 322.229,67 são as aplicações mantidas junto a outras Instituições Financeiras, registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos incorridos, até o encerramento do balanço.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas, quando ocorrem são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados e são classificadas quanto ao nível de risco de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções 2.682 e 2.697 do Conselho Monetário Nacional.

f) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Quando ocorrem correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às Demonstrações Financeiras.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às Demonstrações Financeiras e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, às quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos de acordo com o Decreto 9.580/2018, art. 194. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 193 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2021 não existiam indícios de redução do valor recuperável dos ativos.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das Demonstrações Financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- ✓ Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das Demonstrações Financeiras; e
- ✓ Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das Demonstrações Financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade - Ativo Circulante e Não Circulante e Provisões:

Modalidade	Operação de Crédito		Total
	31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	
Empréstimos	713.446,70	789.285,66	1.502.732,36
(-) Provisões para perdas	(61.288,10)	(33.663,34)	(94.951,44)
Total	652.158,60	755.622,32	1.407.780,92

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999:

Classificação por Tipo e Nível de Operação				
Nível / Percentual de Risco / Situação			Total de Empréstimos em 31/12/2022	Provisão em 31/12/2021
A	0,5%	Normal	1.088.089,32	5.440,45
		Vencidas	40.710,68	203,55
B	1%	Normal	3.312,16	33,11
		Vencidas	72.234,76	1.262,09
C	3%	Vencidas	56.894,43	1.706,83
D	10%	Normal	4.551,21	451,13
		Vencidas	87.472,94	8.747,29
E	30%	Vencidas	21.750,15	6.525,04
F	50%	Vencidas	3.620,63	1.810,31
G	70%	Vencidas	4.634,71	3.244,29
H	100%	Vencidas	65.527,32	65527,32
Total Normal			1.095.912,69	6.128,26
Total Vencidas			352.845,62	88.823,17
Total Geral			1.502.732,36	94.951,43
Total Líquido				1.407.780,93

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento			
Faixa de Vencimento	Saldo devedor em 31/12/2022	Percentual da Carteira	Provisão para Perdas
A vencer de 0 a 30 dias	46.986,82	3,13	2.122,84
A vencer de 31 a 60 dias	45.710,45	3,04	2.283,66
A vencer de 61 a 90 dias	181.765,19	12,09	3.184,33
A vencer de 91 a 180 dias	121.628,77	8,09	6.531,03
A vencer de 181 a 360 dias	236.377,05	15,72	12.141,77
A vencer de 361 a 720 dias	365.269,26	24,30	16.500,03
A vencer de 721 a 1080 dias	188.274,56	12,53	13.405,42
A vencer de 1081 a 1440 dias	112.628,35	7,50	2.797,83
A vencer de 1441 a 1800 dias	73.417,53	4,88	626,20
A vencer de 1801 a 5400 dias	49.695,96	3,30	333,86
Vencido de 1 a 14 dias	12.644,70	0,84	1.286,72
Vencido de 15 a 30 dias	8.644,87	0,57	1.200,79
Vencido de 31 a 60 dias	12.751,92	0,85	2.167,67
Vencido de 61 a 90 dias	20.211,48	1,34	4.576,72
Vencido de 91 a 120 dias	2.247,37	0,15	1.604,15
Vencido de 121 a 150 dias	1.766,28	0,12	1.555,57
Vencido de 151 a 180 dias	1.841,52	0,12	1.762,56
Vencido de 181 a 240 dias	2.874,35	0,19	2.874,35
Vencido de 241 a 300 dias	15.883,98	1,05	15.883,98
Vencido de 301 a 360 dias	1.950,75	0,13	1.950,75
Vencido de 361 a 540 dias	161,20	0,010	161,20
Totais	1.502.732,36	100,00	94.951,43

d) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2022	% da Carteira Total	31/12/2021	% da Carteira Total
Maior Devedor	53.434,30	3,33%	62.389,56	4,28%
10 Maiores Devedores	412.400,56	27,44%	413.087,91	28,31%
50 Maiores Devedores	1.079.279,29	71,82%	618.862,68	42,41%

Demais Devedores	423.453,07	28,18%	364.982,74	25,01%
Carteira Total	1.502.732,36	100%	1.459.322,89	100%

e) As taxas de juros adotadas são compatíveis com o praticado no mercado financeiro e estão descritas na política de empréstimo.

Modalidades	Tipo de Juros	Taxa (%)	Saldo devedor 31/12/2022
CRÉDITO (SEM) CONSIGNAÇÃO - Modalidade 0203	Price	2,19%	273.166,86
		1,99%	652.326,75
		1,92%	94.367,20
		1,72%	115.424,26
		1,69%	34.353,68
		1,49%	32.361,26
			1.202.000,01

CRÉDITO (COM) CONSIGNAÇÃO - Modalidade 0202	Price	1,59%	81.030,88
		1,72%	116.601,28
		1,92%	67.145,92
			264.778,08

OUTROS - Modalidade 299	Price	2,22%	70.743,94
			70.743,94

FINANCIAMENTOS MOBILIARIOS - Modalidade 990	Price	1,59%	163.104,61
			163,104,61

Total Emprestado saldo devedor principal mais juros em 31/12/2022	1.700.626,64		
--	---------------------	--	--

5. Outros Crédito

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Outros Créditos		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento p/ Pagto Mensalidade CESCOPER	6.364,19	6.364,19
Decorrentes de Recolhimentos Indevidos	0,00	0,00
Irrf Retido Sobre Aplicação Financeira	0,00	0,00
Total	6.364,19	6.364,19

6. Investimentos

Investimentos		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participações em Coop. Ext. Coop. de Crédito	7.000,00	7.000,00
Total	7.000,00	7.000,00

7. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

IMOBILIZADO DE USO							
Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	Aquisição	Baixa	Transferências		31/12/2022
					Débito	Crédito	

Equipamentos e Processamento de Dados em Uso	20%	1.613,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.613,00
		1.613,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.613,00
(-) Depreciação Acumulada	100%	(1.613,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.613,00)
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8. Outras Obrigações

Outras Obrigações		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Cobrança e Arrecadação de Tributos e assemelhados	987,44	865,78
IOF à Recolher Operações de Crédito (a)	987,44	865,78
Sociais e Estatutárias:	150.340,43	200.619,70
FATES - Atos com Associados (b)	138.819,44	189.090,59
Provisão Impostos Federais Adicionais		0,00
Capital a Pagar de Ex-associado (c)	11.520,99	11.529,11
Fiscais e Previdenciária:	9.719,50	88,80
Créditos de Associados	9.719,50	88,80
Diversas:	34,49	88,80
Créditos de Associados	34,49	88,80
Total	161.081,86	201.574,28

(a) IOF a recolher sobre operações de crédito;

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais e à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e por 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária;

(c) Valores a devolver a Ex-Cooperados - desligados;

(d) Fiscais e previdências – IR sobre juros ao capital; e

(e) Créditos a devolver a cooperados Ativos.

9. Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido		
Descrição	31/12/2021	31/12/2021
Cotas de Capital Social:	1.145.652,16	1.003.392,61
Capital Social (a)	1.145.652,16	1.003.392,61
Quantidade de associados:	1.018	984
Reservas:	458.005,11	434.409,51
Outras - Reservas de Capital	8.209,57	8.209,57
Fundo de Reserva	320.643,53	248.054,56
Fundo Solidário COOPCREFI	110.523,91	108.040,16
Sobras ou Perdas Semestre/Exercício	18.628,10	70.105,22
Total	1.603.657,27	1.437.802,12

a) O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

- b) Reserva legal constituída conforme determinado no Estatuto Social e Lei nº 5.764/71.
- c) Reserva de capital – capital de associados sem cadastro completo
- d) Fundo solidário Cooprefi
- e) Sobras exercício de 2022.

10. Índice de Basileia e Imobilização

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter permanentemente, valor de Patrimônio de referência (PR) apurado nos termos da resolução nº 3.444 (CMN) De 28 de fevereiro de 2007, compatível com os riscos da atividade, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites.

Limites operacionais	2022	
	1º Semestre	2º Semestre
Patrimônio de Referência (PR)	1.326.075,94	1.603.657,27
Patrimônio de Referência exigido (PRE)	153.166,95	208.946,56
Limite do PR (sobra ou insuficiência)	1.172.908,99	1.394.710,71
Índice de Basileia (mínimo 16,25%)	123,23%	130,47%
Imobilizado para cálculo do limite	657.037,97	794.828,64
Índice de imobilização (limite 50%)	-	-

Ouvidoria

11.

Os relatórios da Ouvidoria encontram-se a disposição dos associados na sede da Cooperativa no município de Curitiba – PR. A cooperativa possui convênio com a Cresol Central SC/RS para os serviços de Ouvidoria - 0800-642-4800

12. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica. As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central. Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de empréstimos.

A Cooperativa não tem por prática condicionar as operações de crédito a prestação de garantias em razão das operações de crédito serem realizadas mediante desconto na folha de pagamento, onde o risco decorrente de inadimplência é mitigado.

Montante das operações ativas e passivas em 31/12/2022:

- a) Operações de Crédito - Saldos Devedores em 31/12/2022.

Operações de Crédito - Saldos Devedores - 31/12/2021			
Descrição	Partes Relacionadas	Geral	Representatividade
Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal	27.792,87	1.502.732,36	1,84%

b) Operações de Crédito - Provisões para Risco em 31/12/2021.

Operações de Crédito - Provisões para Risco - 31/12/2021			
Descrição	Partes Relacionadas	Geral	Representatividade
Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal	138,96	94.951,43	0,15%

c) Cotas de Capital Social - Saldos em 31/12/2021.

Cotas de Capital Social - Saldos- 31/12/2021			
Descrição	Partes Relacionadas	Geral	Representatividade
Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal	51.844,03	1.145.652,16	4,53%

13. Gerenciamento de Riscos Simplificados

Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os riscos operacionais foram avaliados de forma agrupada em: Risco de Inadimplência, Risco de Garantias, Risco de Concentração de Crédito, Risco de Concentração Operacional, Risco Sistemico, Risco de Presteza e Confiabilidade, Risco de Equipamentos, Risco de Erro Não Intencional, Risco de Fraude, Risco de Produtos e Serviços, Risco de Regulamentação, Risco de Imagem, Risco Tributário e Risco de Contrato.

Os resultados desse processo são apresentados ao Conselho de Administração.

Risco de Mercado

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado deve prever a ocorrência dessas perdas e seus reflexos, junto a cooperativa, considerando a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos disponibilizados e a dimensão da exposição ao risco de mercado da própria instituição.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias em incorrer em perdas significativas.

Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos. Compete a Cooperativa analisar e rever a padronização de seus processos, a metodologia de análise de risco dos associados e suas operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito, além do monitoramento da carteira.

Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos. Cabe a Cooperativa fazer esse acompanhamento e promover os devidos ajustes com o

objetivo de adequação da realidade da cooperativa junto aos objetivos estabelecidos.

Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

14. Eventos Subsequentes - Efeito do Corona vírus (COVID-19) nas Demonstrações Financeiras

Seguindo a orientação do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, consideramos cuidadosamente os impactos do COVID-19 em nossos negócios, levando em conta as normas contábeis aplicáveis a esse tipo de circunstância, devemos reportar em nossas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise.

Não é possível neste momento mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico-financeiros futuros decorrentes de uma pandemia do COVID-19.

A COOPCREFI seguirá observando atentamente o desenvolvimento dessa situação.

Curitiba - PR, 31 de dezembro de 2022.

CARLOS ALBERTO KANAK
Presidente
CEC DOS TRABALHADORES DO SISTEMA
FINANCEIRO DE CURITIBA E REGIAO
– COOPCREFI LTDA.

MAFALDA WERMUTH GERMANO
Contador
CRC-PR 063.972/0-0